

FOSNOR -  
Fosfatados do  
Norte-Nordeste  
S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2022**

# Conteúdo

<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstração do fluxo de caixa – Método indireto</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista  
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil  
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil  
Telefone +55 (51) 3327-0200  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e administradores da  
FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A.  
São Paulo - SP**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com



as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

### Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 21 de março de 2022, sem modificação.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos



procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 24 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/F-7

André Luiz de Godoy  
Contador CRC PR-050218/O-0 T- SC

## FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A.

### Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

<b>Ativo</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5 a)	431.435	258.285
Aplicações financeiras de curto prazo	5 b)	2.355	-
Contas a receber de clientes	6	113.152	38.563
Estoques	7	276.946	258.317
Tributos a recuperar	8	9.176	9.726
Outros ativos	9	<u>5.456</u>	<u>4.661</u>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b><u>838.520</u></b>	<b><u>569.552</u></b>
<b>Não circulante</b>			
Contas a receber de clientes	6	18.203	21.092
Aplicações financeiras de longo prazo	5	53.708	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	15.714	11.822
Tributos a recuperar	8	26.623	21.094
Outros ativos	9	1.110	1.356
Intangível	10	252.432	227.836
Imobilizado	11	<u>537.159</u>	<u>401.997</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b><u>904.949</u></b>	<b><u>685.197</u></b>
<b>Total do ativo</b>		<b><u>1.743.469</u></b>	<b><u>1.254.749</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A.

### Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

<b>Passivo</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	12 a)	50.420	18.983
FINIMP	12 b)	71.201	57.943
Arrendamento mercantil	13	43.383	21.426
Salários e benefícios		16.300	15.212
Encargos sociais e tributários a pagar		8.424	10.174
Dividendos a pagar	18	60.554	20.342
Adiantamentos de clientes e faturamentos antecipados	14	172.866	85.825
Outros passivos		<u>4.085</u>	<u>6.170</u>
<b>Total do passivo circulante</b>		<b><u>427.233</u></b>	<b><u>236.075</u></b>
<b>Não circulante</b>			
Arrendamento mercantil	13	37.768	21.636
Provisões para contingências	15	3.775	4.049
Provisão para desmobilização de ativos	16	<u>28.384</u>	<u>21.676</u>
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b><u>69.927</u></b>	<b><u>47.361</u></b>
<b>Total do passivo</b>		<b><u>497.160</u></b>	<b><u>283.436</u></b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	18	790.021	790.021
Reservas de incentivos fiscais	19	155.192	74.609
Reserva legal	18	19.744	6.995
Reserva de retenção de lucros		<u>281.352</u>	<u>99.688</u>
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b><u>1.246.309</u></b>	<b><u>971.313</u></b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b><u>1.743.469</u></b>	<b><u>1.254.749</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A.

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Em milhares de Reais, exceto pelo lucro por ação)*

	Nota explicativa	2022	2021
Receita líquida de venda	20	1.571.764	816.694
Custo dos produtos vendidos	21	<u>(1.145.458)</u>	<u>(631.002)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b>426.306</b>	<b>185.692</b>
Despesas com vendas	21	(5.655)	(4.718)
Despesas administrativas	21	(28.981)	(26.814)
Outras despesas	22	(29.809)	(17.486)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b><u>361.861</u></b>	<b><u>136.674</u></b>
Despesas financeiras	23	(23.554)	(13.678)
Receitas financeiras	23	61.436	26.169
Variações cambiais	23	3.255	(3.084)
<b>Lucro antes de imposto de renda e contribuição social</b>		<b><u>402.998</u></b>	<b><u>146.081</u></b>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	24	(71.339)	(27.451)
Diferido	24	<u>3.891</u>	<u>3.723</u>
		<u>(67.448)</u>	<u>(23.728)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u>335.550</u></b>	<b><u>122.353</u></b>
Ações no final do exercício (em milhares)		<u>790.021</u>	<u>790.021</u>
Lucro líquido por ação (lote de mil ações ordinárias)no fim do exercício - R\$		<u>424,74</u>	<u>154,87</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A.**

### **Demonstração do resultado abrangente**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Lucro líquido do exercício	335.550	122.353
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>335.550</u></u>	<u><u>122.353</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva para retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		790.021	37.905	2.713	38.663	-	869.302
Reserva de incentivos fiscais – IRPJ	19	-	21.226	-	-	(21.226)	-
Reserva de incentivos fiscais – ICMS	19	-	15.478	-	-	(15.478)	-
Constituição de reserva legal	18	-	-	4.282	-	(4.282)	-
Distribuição de dividendos	18	-	-	-	(20.342)	-	(20.342)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	122.353	122.353
Constituição de reserva para retenção de lucros		-	-	-	81.367	(81.367)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		790.021	74.609	6.995	99.688	-	971.313
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais – IRPJ	19	-	60.066	-	-	335.550	335.550
Reserva de incentivos fiscais – ICMS	19	-	20.517	-	-	(60.066)	-
Constituição de reserva legal	18	-	-	12.749	-	(20.517)	-
Distribuição de dividendos	18	-	-	-	(60.554)	(12.749)	(60.554)
Constituição de reserva para retenção de lucros		-	-	-	242.218	(242.218)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		790.021	155.192	19.744	281.352	-	1.246.309

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A.

## Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	402.998	146.081
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		
Depreciação e Amortização	64.840	56.001
Ganho na alienação do imobilizado e intangível	473	3.456
(Reversão)/Provisão para participação nos lucros e resultados	(108)	930
Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais	(334)	1.317
Juros e variações monetárias	351	206
Variação cambial clientes e fornecedores	(642)	(695)
Ajuste a valor presente de clientes	1.419	(1.837)
Juros de arrendamento mercantil	2.331	2.786
Juros sobre provisão para desmobilização de ativos	6.708	2.188
Perda (ganho) com instrumentos financeiros derivativos	-	(341)
Variação nos ativos e passivos operacionais		
(Aumento)/redução de contas a receber de clientes	(71.382)	20.152
Aumento dos estoques	(18.629)	(122.531)
Aumento dos tributos a recuperar	(8.805)	(14.159)
(Aumento)/Redução de outros ativos, tributos a pagar e outros passivos	(2.716)	1.866
(Aumento)/Redução de tributos a pagar	1.099	233
Aumento de fornecedores	81.202	37.856
Aumento de salários e encargos sociais	1.196	630
Aumento de adiantamentos de clientes e faturamentos antecipados	87.040	19.336
Juros pagos	(2.318)	(98)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(70.362)	(19.978)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>474.361</u>	<u>133.399</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(201.392)	(87.880)
Aquisição de intangível	(23.679)	(15.994)
Depósitos em aplicações financeiras	(56.063)	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(281.134)</u>	<u>(103.874)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Contratação de operações de FINIMP	71.201	10.383
Pagamento operação de FINIMP	(55.625)	(2.350)
Dividendos pagos	(20.342)	(7.662)
Pagamentos parcelas arrendamentos – CPC 06	(15.311)	(16.339)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>(20.077)</u>	<u>(15.968)</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>173.150</u>	<u>13.557</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	258.285	244.728
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>431.435</u>	<u>258.285</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>173.150</u>	<u>13.557</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

#### **Informações gerais**

A FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A. ("FOSNOR" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Onofrio Milano, 589, sala 09, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada por 11 (onze) acionistas, todos pessoas físicas da família Galvani. A Companhia tem como objeto social e como atividade preponderante a extração, industrialização, armazenagem e o comércio de produtos à base de fosfato, além da produção de ácido sulfúrico. Ao todo, a Companhia possui três unidades que operam como complexo industrial, armazenagem, mistura, ensaque e comercialização de seus produtos, na unidade de Luis Eduardo Magalhães/BA e também nas suas unidades de mineração, localizadas nas cidades Irecê/BA e Angico dos Dias/BA.

#### **Cenário operacional de 2022**

Após os fortes impactos da pandemia da Covid-19, em 2020 e 2021, o ano de 2022 foi marcado pelo conflito entre Rússia e Ucrânia, que acabou por influenciar as cadeias produtivas globais, incluindo a agrícola e a de fertilizantes.

Em função do conflito, os preços dos produtos e insumos agrícolas tiveram um forte incremento, atingindo o pico em abril de 2022, que levou à deterioração das relações de troca e enfraquecendo a demanda por fertilizantes. Consequentemente, houve queda das entregas no Brasil, inclusive dos fertilizantes fosfatados.

Durante o segundo semestre de 2022, com o rearranjo das cadeias globais de suprimentos e o fornecimento de insumos e fertilizantes sendo reestabelecido, os preços começaram a ceder, muito embora ainda de forma insuficiente para estimular a demanda.

De acordo com a estimativa da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda) e projeções de consultorias especializadas, o mercado brasileiro de fertilizantes, em 2022, caiu cerca de 10% em relação a 2021.

#### **Projetos de expansão**

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 9 e 10 às demonstrações financeiras, a Companhia vem desenvolvendo estudos para exploração das jazidas de Santa Quitéria/CE e Irecê/BA, que representam investimentos da ordem de R\$173.842 em 31 de dezembro de 2022 (R\$151.924 em 2021).

#### **Capital circulante positivo**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo no montante de R\$464.995 (R\$333.476 em 2021). Este fato decorre da combinação entre uma constante melhoria na alocação e no uso dos ativos operacionais com acúmulo de caixa para fazer face a investimentos relevantes programados para o futuro próximo.

## 2 Resumo das principais práticas contábeis

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As práticas compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, enquanto os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas são emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos Acionistas da Companhia e autorizadas para emissão em 24 de março de 2023.

### 2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, com base no custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros mensurados ao seu valor justo no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis, na sequência deste documento. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Estão sendo apresentadas as informações relevantes, e, somente elas, próprias das demonstrações financeiras, que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de alta liquidez. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, que se aproximam de seus valores justos.

### 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### a. Instrumentos financeiros

##### (i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é, inicialmente, mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao Valor Justo Realizável (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de

clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente**

*Ativos Financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. Neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR, isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que, de outra maneira atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA (Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes), como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que, de outra forma, surgiria.

*Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo, pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- Os termos que limitam o acesso da Companhia aos fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

*Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

**Ativos financeiros a VJR** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

*Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, quando for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo os juros, e é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(iii) Desreconhecimento**

*Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram;
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação.
- Acerca destes direitos contratuais, observa-se que:
  - Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos;
  - A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

*Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) *Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores, tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**b. *Redução ao valor recuperável (Impairment)***

**(v) *Ativos financeiros não-derivativos***

*Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos de contrato.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes, incluindo recebíveis de arrendamentos, e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente ou com problemas de recuperação quando:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;

- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira;
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras;
- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias.

O período máximo, considerado na estimativa de perda de crédito esperada, é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

#### *Mensuração das perdas de crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas ao valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

#### *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*

A provisão das perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

#### *Baixa*

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias, com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado; no entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia, para a recuperação dos valores devidos.

#### **(vi) Ativos não financeiros**

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são, inicialmente, alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

## **2.5 Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição ou produção (absorção). O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

## **2.6 Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida, linearmente, com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A Companhia incorre em custos relacionados com a avaliação e exploração de minas de fosfato. Gastos pré-operacionais para adquirir tais minerais, para perfurar e equipar as minas, são capitalizados como gastos de exploração e registrados dentro de ativos intangíveis até que o projeto atinja a fase de desenvolvimento. Se as reservas forem provadas, as despesas com a avaliação e exploração que tenham sido capitalizadas são transferidas de exploração e avaliação de recursos minerais (ativos intangíveis) para imobilizado em andamento (ativo imobilizado), quando o projeto iniciar a fase de desenvolvimento.

A exaustão dos ativos minerários é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas minerais provadas e prováveis. Desta forma, está demonstrado abaixo a média de vida útil dos itens amortizáveis nas Demonstrações Financeiras da Companhia:

<b>Grupo Ativo Intangível</b>	<b>Média vida útil</b>	
	<b>Meses</b>	<b>Anos</b>
012 Licença de uso Software	60	5
033 Direitos Minerários	360	30

## 2.7 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos se inicia quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores tiverem sido mensurados de forma confiável. Demais gastos com reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício, caso existam indícios que levem a essa necessidade. O efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Em 31 de dezembro de 2022 não foram identificados indícios que levam a necessidade de avaliação da vida útil ou de recuperabilidade dos ativos.

Um item do imobilizado é baixado após sua alienação ou quando não houver benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é apurada com base linear, de acordo com a vida útil de cada bem. Desta forma, está demonstrado abaixo a média de vida útil dos itens depreciáveis nas Demonstrações Financeiras da Companhia:

<b>Grupo Ativo Imobilizado</b>	<b>Média vida útil</b>	
	<b>Meses</b>	<b>Anos</b>
002 Edificações	300	25
003 Instalações	125	10
004 Máquinas, equipamentos e ferramentas	120	10
005 Veículos	62	5
006 Equipamentos de informática	60	5
009 Móveis e utensílios	120	10
016 Benfeitorias	300	25

## 2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações legais ou constituídas como resultado de um evento passado, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, a provisão é mensurada com base no desconto a valor presente dos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação.

Quando se espera que algum ou todos os dispêndios exigidos para liquidar a provisão sejam reembolsados por outra parte, o reembolso deve ser reconhecido, somente quando for praticamente certo que ele será recebido se a entidade liquidar a obrigação. O reembolso deve ser tratado como um ativo separado. O montante reconhecido para o reembolso não deve ultrapassar o montante da provisão.

## 2.9 Tributação

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 24%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 para imposto de renda, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

### (vii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

### 2.9.1 *Impostos correntes e diferidos*

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício, sendo calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos, reconhecidos nas demonstrações financeiras e nas bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

A análise da realização do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício, sendo o saldo ajustado na medida em que a realização não seja mais provável. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

**c. Subvenção e assistência governamental**

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como redutoras da conta de origem, em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível. Atualmente a Companhia possui dois benefícios: o Desenvolve, no qual é de âmbito Estadual, sendo registrado como redução do ICMS a pagar, e o Lucro da Exploração, no qual é de âmbito Federal, sendo registrado como redução do IRPJ a pagar. Ambos os benefícios são lançados como ganho no resultado e destacados no Patrimônio Líquido para não haver distribuição de dividendos sobre os mesmos.

**2.10 Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**2.11 Reconhecimento de receita**

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

<b>Tipo de produto / serviço</b>	<b>Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas</b>	<b>Política de reconhecimento da receita</b>
<b>Venda de produtos</b>	Os clientes obtêm controle dos produtos quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências dos clientes, ou quando retiradas pelo cliente nas sedes da Companhia. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias ou liquidadas através de adiantamentos.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações ou retiradas nas sedes da companhia.  Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

## 2.12 Arrendamentos

Um arrendamento é definido como um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Companhia;
- A Companhia tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual;
- A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

### ***Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária***

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os arrendatários deverão reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Companhia deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento, dos dois o menor.

Na data de início, a Companhia mensura o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos, descontados com a aplicação da taxa de juros implícita no arrendamento, quando expressa no contrato.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são compostos por pagamentos fixos. Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação, modificação ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

A Companhia registrou todos os novos contratos e recalculou todos os valores constantes dos contratos para adequação da norma, conforme demonstrado no quadro abaixo:

<b>2021</b>				
<b>Contrato</b>	<b>Prazo (meses)</b>	<b>Taxa valor presente</b>	<b>Valor contrato (*)</b>	<b>Valor presente</b>
Locação equipamentos	60	6%	172	148
Casa Caracol/PI	120	6%	179	135
Fazenda Nvo Triunfo	120	6%	1.484	1.116
Locação de veículos	24 a 32	6%	1.800	1.645
Filial Campinas	24	6%	432	407
Movimentação angico	48	6%	52.600	46.733
Servidores nuvem TI	18	6%	2.662	2.542
Equipamentos eletrônicos TI	24	6%	433	407
Movimentação Luís Eduardo Magalhães/BA	36	6%	8.856	8.097
Filial Campinas	36	6%	396	362
			<u>69.627</u>	<u>62.169</u>
Ativo Imobilizado - Direito de Uso			-	62.169
Passivo - Arrendamento Mercantil CP			-	(18.929)
Passivo - Arrendamento Mercantil LP			-	(43.240)

<b>2022</b>				
<b>Contrato</b>	<b>Prazo (meses)</b>	<b>Taxa valor presente</b>	<b>Valor contrato (*)</b>	<b>Valor presente</b>
Locação equipamentos/ferramentas	60	6%	172	148
Casa Caracol/PI	120	6%	179	135
Fazenda Novo Triunfo – Irecê/BA	120	6%	1.484	1.116
Locação de veículos	32	6%	1.800	1.645
Movimentação Angico dos Dias/BA	48	6%	52.600	46.733
Servidores nuvem TI	18	6%	2.662	2.542
Servidores nuvem TI	18	6%	2.437	2.326
Equipamentos eletrônicos TI	24	6%	433	407
Movimentação Luís Eduardo Magalhães/BA	36	6%	8.856	8.097
Filial Campinas/SP	36	6%	396	362
Locação de veículos	24	6%	613	577

Movimentação Angico dos Dias/BA	36	6%	52.500	48.743
			124.132	112.831
Ativo Imobilizado - Direito de uso			-	112.831
Passivo - Arrendamento Mercantil CP			-	(40.660)
Passivo - Arrendamento Mercantil LP			-	(72.171)

- (\*) O valor mencionado na coluna de “valor contrato” representa os arrendamentos reconhecidos em sua mensuração inicial (data do contrato) no ativo imobilizado (conforme nota 10) e que são depreciados pelo período do contrato, sendo que, ao final do contrato este ativo de arrendamento estará totalmente depreciado e zerado contabilmente. O mesmo valor inicial é registrado no passivo, no qual posteriormente são baixados pelos pagamentos e ajustados pelos índices financeiros.

### 2.13 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é provisionado somente na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O Estatuto Social da Companhia estipula um dividendo mínimo de 25%, podendo ser distribuído o saldo remanescente, desde que seja aprovado em Assembleia Geral.

## 3 Novas normas, alterações e interpretações de normas

### 3.1 Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alteração do CPC 32).

Empresa contabiliza impostos diferidos sobre arrendamentos aplicando a abordagem ‘integralmente vinculada’, com efeito em resultado semelhante ao das alterações, exceto que os impactos dos impostos diferidos são apresentados líquidos no balanço patrimonial. De acordo com as alterações, a Companhia reconhecerá um imposto diferido ativo e um imposto diferido passivo. Em 31 de dezembro de 2022, a diferença temporária tributável em relação ao ativo com direito de uso e o passivo do arrendamento gera um efeito líquido de aproximadamente R\$ 3 milhões. Não são esperados efeitos de resultado relevantes a partir da adoção da prática em 2023.

- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26);
- IFRS 17 - Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26);
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23).

## **4 Estimativas contábeis**

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na Nota Explicativa nº 2, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, principalmente se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, e se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

### **4.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Projeções de lucro preparadas pela Administração, as quais contêm diversas premissas e julgamentos e que objetivam mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros para suportar a realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. O lucro tributável futuro real pode vir a ser maior ou menor do que as estimativas efetuadas ao se determinar a necessidade de reconhecer o imposto de renda e a contribuição social.

### **4.2 Vida útil dos bens do imobilizado e dos intangíveis**

A vida útil dos ativos pode variar devido a vários fatores. Podendo também afetar o custo do teste de recuperação.

### **4.3 Redução ao valor recuperável (impairment) dos ativos**

No fim de cada período, a Companhia revisa os saldos do imobilizado e do intangível, incluindo o ágio gerado em combinação de negócios, avaliando se há uma indicação de que esses ativos sofreram uma redução em seus valores recuperáveis (valor em uso). A Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável de cada ativo, calculando o fluxo de caixa futuro individual descontado ao valor presente, ajustando o saldo dos respectivos ativos, se necessário.

### **4.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Quando há indicação de redução ao valor recuperável, a Companhia considera a estimativa de fluxos de caixa futuros. O montante da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras que foram incorridas), descontado a taxa de juros efetiva original do ativo financeiro (ou seja, a taxa de juros efetiva computada no reconhecimento inicial).

### **4.5 Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais**

A Companhia está envolvida em processos judiciais e administrativos, de natureza fiscal, cível, trabalhista e ambiental, conforme descrito na Nota Explicativa nº 14. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis.

#### 4.6 Provisão para desmobilização de ativos

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, conforme Nota Explicativa nº 16. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver em valores expressivos de provisão e se tratarem de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo que considera o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina.

#### 4.7 Mensurações ao valor justo e processos de avaliação

Para estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis do mercado na extensão em que estejam disponíveis. Quando não há informações de Nível 1 disponíveis, a Companhia usa valores justos cotados pelas instituições financeiras contrapartes.

### 5 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Caixa	2	2
Recursos em bancos	3.380	2.424
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (i)	428.053	255.859
	431.435	258.285

- (i) As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são remuneradas pelas modalidades de CDB e operações compromissadas, geralmente remuneradas por taxas que variam de 78% a 102% da CDI.

#### b) Aplicações financeiras

No decorrer de 2022, a Companhia reavaliou seu portfólio de investimentos e investiu em títulos com prazos mais longos, sendo em sua maioria debêntures com rendimentos, em média, superiores a 10%.

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Debêntures e títulos com vencimento entre 6 meses e 1 ano	2.355	-
Debêntures e títulos com vencimento entre 1 ano e 5 anos	53.708	-

## 6 Contas a receber de clientes

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Circulante		
Contas a receber de clientes	115.405	39.397
(-) Ajuste a valor presente	(2.253)	(834)
Contas a receber de clientes, líquidas	113.152	38.563
Não circulante		
Contas a receber de clientes	18.203	21.092
	18.203	21.092

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

Os valores vencidos e não provisionados possuem garantias reais em valores superiores ao montante em atraso.

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Vencidas		
Até 30 dias	111	-
De 31 a 90 dias	-	-
De 91 a 360 dias	-	39
	111	39
A vencer		
Até 30 dias	97.600	27.082
De 31 a 90 dias	298	2.626
De 91 a 360 dias	17.396	9.650
Acima de 361 dias	18.203	21.092
	133.497	60.450
	133.608	60.489

A constituição e a baixa da provisão para créditos de liquidação duvidosa são registradas no resultado do exercício como “Despesas com vendas”. Não há saldos de contas a receber cedidos em garantia a empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2022.

## 7 Estoques

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Matérias-primas	100.089	121.228
Matérias-primas em poder de terceiros	6.297	-
Produtos acabados	155.122	119.999
Almoxarifado de manutenção	14.250	13.508
Importações em andamento	614	170
Adiantamentos para a compra de matérias-primas	574	3.412
	276.946	258.317

As movimentações na provisão para perda nos estoques são as seguintes:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Em 1º de janeiro	(266)	(266)
	-	-
Em 31 de dezembro	(266)	(266)

Não há saldos de estoques cedidos em garantia a empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2022.

## 8 Tributos a recuperar

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (i)	2.572	6.224
PIS e COFINS (i)	5.718	3.432
Imposto de renda e contribuição social	886	-
Outros	-	70
	-	70
Total do ativo circulante	9.176	9.726
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (ii)	756	6.018
PIS e COFINS (ii)	25.867	15.076
	25.867	15.076
Total do ativo não circulante	26.623	21.094
<b>Total</b>	<b>35.799</b>	<b>30.820</b>

### Ativo circulante

A Companhia estima que os saldos existentes no ativo circulante em 31 de dezembro de 2022 serão realizados no curso de suas operações, no decorrer do exercício social, a findar em 31 de dezembro de 2023, sem a ocorrência de perdas.

- (i) Referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.

### Ativo não circulante

- (ii) Referem-se a créditos de ICMS, PIS e COFINS gerados na aquisição de ativo imobilizado em andamento, relacionado, principalmente, aos projetos em execução, os quais foram classificados como ativo não circulante, com base na expectativa de sua realização em um período superior a doze meses.

## 9 Outros ativos

	2022	2021
Depósitos judiciais (i)	70	40
Adiantamentos a funcionários	1.762	1.514
Prêmios de seguro	1.606	968
Créditos fiscais AFRMM	1.752	1.752
Outros ativos	1.376	1.743
	6.566	6.017
Circulante	5.456	4.661
Não circulante	1.110	1.356
	6.566	6.017

- (i) Referem-se a depósitos recursais de processos judiciais para os quais nenhuma provisão foi constituída, com base na avaliação da probabilidade de perda de cada processo.

## 10 Intangível

	Marcas registradas e licenças	Projetos em desenvolvimento	Direito de uso de lavra	Softwares	Total
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2020	1	137.922	63.716	7.970	209.609
Adições	-	15.994	-	-	15.994
Amortização	-	-	(1.641)	(2.133)	(3.774)
Transferências (i)	-	(4)	6.011	-	6.007
Reclassificação	-	(238)	-	238	-
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	1	153.674	68.086	6.075	227.836
Em 31 de dezembro de 2021					
Custo	1	153.674	71.783	10.971	236.429
Amortização acumulada	-	-	(3.697)	(4.896)	(8.593)
Saldo contábil, líquido	1	153.674	68.086	6.075	227.836
Adições	-	23.679	-	-	23.679
Amortização	-	-	(1.379)	(2.359)	(3.738)
Transferências (i)	-	(1.221)	4.047	1.829	4.655
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	1	176.132	70.754	5.545	252.432
Em 31 de dezembro de 2022					
Custo	1	176.132	75.830	12.800	264.763
Amortização acumulada	-	-	(5.076)	(7.255)	(12.331)
Saldo contábil, líquido	1	176.132	70.754	5.545	252.432

- (i) Referem-se a valores que estavam classificados como imobilizado em andamento e foram transferidos para o intangível, relativos a direitos de lavra e softwares de TI (conforme nota explicativa 10).

### **Projetos em desenvolvimento**

Os saldos de desenvolvimento de projetos referem-se aos seguintes empreendimentos:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Exploração e avaliação de recursos minerais (i) - Santa Quitéria	161.228	141.984
Demais investimentos - Irecê (ii)	12.614	9.940
Outros	<u>2.290</u>	<u>1.750</u>
	<u><u>176.132</u></u>	<u><u>153.674</u></u>

- (i) São gastos com licenças, exploração e avaliação de recursos minerais do projeto de uma nova unidade industrial em Santa Quitéria.
- (ii) Implementação de nova rota tecnológica na mineradora de Irecê para melhor aproveitamento do teor de fósforo presente no minério.

A maior parte do saldo de desenvolvimento de projetos referem-se ao projeto de exploração e avaliação de recursos minerais em Santa Quitéria, no estado do Ceará.

O projeto prevê a exploração e beneficiamento do minério de fosfato associado a urânio, em jazida cuja titularidade de lavra pertence às Indústrias Nucleares do Brasil (INB), para a produção de fertilizantes fosfatados e fosfato bicálcico.

Em 27 de abril de 2022, foi realizada uma reunião do Conselho de Administração da Companhia, na qual decidiu pela segregação do Projeto Santa Quitéria, pela Companhia, para uma nova entidade jurídica, nos termos da cláusula 15.4, do Acordo de Acionistas. Em decorrência da referida deliberação, a Administração aguarda definição pelos Acionistas sobre a melhor forma de segregação, considerando os aspectos regulatórios, tributários e societários da referida transação para os Acionistas e a Companhia.

### **Amortização**

O montante de R\$3.738 (R\$3.774 em 2021) referente à amortização foi reconhecido no resultado do exercício na rubrica “Custo dos produtos vendidos”.

## 11 Imobilizado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Adiantamentos para fornecedores	Veículos	Móveis e utensílios	Direito de uso dos ativos	Outros	Reforma (iii) anual	Total em operação	Imobilizado em andamento	Imobilizado total
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020	63.936	90.851	96.928	2.115	144	249	53.381	308	10.935	318.847	56.460	375.307
Aquisições	-	-	-	2.890	-	-	-	-	-	2.890	85.937	88.827
Reavaliação direito uso Ativo (i)	-	-	-	-	-	-	(445)	-	-	(445)	-	(445)
Depreciação	-	(4.986)	(14.075)	-	(49)	(56)	(17.406)	(185)	(15.470)	(52.227)	-	(52.227)
Baixas	-	(50)	(3.327)	-	-	(71)	-	(10)	-	(3.458)	-	(3.458)
Reclassificações	265	-	4.826	-	-	-	947	421	18.139	24.598	(24.598)	-
Transferências (ii)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.007)	(6.007)
Saldo contábil, líquido	64.201	85.815	84.352	5.005	95	122	36.477	534	13.604	290.205	111.792	401.997
Em 31 de dezembro de 2021												
Custo	64.201	99.809	120.108	5.005	247	224	62.169	943	57.902	410.608	111.792	522.400
Depreciação acumulada	-	(13.994)	(35.756)	-	(152)	(102)	(25.692)	(409)	(44.298)	(120.403)	-	(120.403)
Saldo contábil, líquido	64.201	85.815	84.352	5.005	95	122	36.477	534	13.604	290.205	111.792	401.997
Aquisições	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	201.954	201.955
Adiantamento Fornecedor	-	-	-	(563)	-	-	-	-	-	(563)	-	(563)
Depreciação	-	(5.012)	(15.554)	-	(50)	(43)	(19.742)	(839)	(19.862)	(61.102)	-	(61.102)
Baixas	-	(118)	(355)	-	-	-	-	-	-	(473)	-	(473)
Reclassificações	-	1.434	38.883	-	188	159	51.069	3.794	18.775	114.302	(114.302)	-
Transferências (ii)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.655)	(4.655)
Saldo contábil, líquido	64.201	82.119	107.327	4.442	233	238	67.804	3.489	12.517	342.370	194.789	537.159
Em 31 de dezembro de 2022												
Custo	64.201	101.125	158.637	4.442	435	383	113.238	4.737	76.677	523.875	194.789	718.664
Depreciação acumulada	-	(19.006)	(51.310)	-	(202)	(145)	(45.434)	(1.248)	(64.160)	(181.505)	-	(181.505)
Saldo contábil, líquido	64.201	82.119	107.327	4.442	233	238	67.804	3.489	12.517	342.370	194.789	537.159

(i) Valor de ajuste do Direito de Uso de Ativo, devido ao recálculo do valor de contrato, no montante de R\$ 445, que não possui impacto na demonstração de fluxos de caixa.

(ii) Refere-se a valores que estavam classificados como imobilizado em andamento e foram transferidos para o intangível, sendo que são investimentos de softwares de TI (conforme nota explicativa 9).

**ii) Direito de uso dos ativos**

Estes valores referem-se aos contratos de arrendamento mercantil da Companhia.

**Depreciação**

O montante de R\$56.493 (R\$47.114 em 2021) referente à despesa de depreciação, foi reconhecido no resultado do exercício na rubrica “Custo dos produtos vendidos”, R\$4.609 (R\$5.113 em 2021) em Despesas administrativas.

**Imobilizado em andamento**

Os principais saldos de imobilizado em andamento em 31 de dezembro de 2022 referem, principalmente:

- (a) Investimentos em modernização de máquinas para ampliação da produção e aumento da vida útil no valor de R\$ 133.689, sendo: R\$ 107.747 na Unidade de Luis Eduardo Magalhães - BA e R\$ 25.942 em outras unidades da Fosnor;
- (b) Investimentos em dispositivos de segurança em máquinas e equipamentos, bem como equipamentos para redução da emissão de poluentes, no valor de R\$7.489 sendo: R\$5.496 na Unidade de Luis Eduardo Magalhães - BA e R\$1.993 em outras unidades da Fosnor;
- (c) Investimentos em novos projetos, no valor de R\$ 22.078, sendo: R\$19.243 para o Projeto de Santa Quitéria - CE e R\$ 2.835 em outras unidades da Fosnor;

**Garantias**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui ativos imobilizados cedidos em garantia a qualquer atividade financeira ou operacional.

**Redução ao valor recuperável (“impairment”) do imobilizado**

Em 2022, a Companhia não identificou a existência de indicativos de não recuperação do valor dos bens do ativo imobilizado, que não estão gerando benefícios futuros para a Companhia.

**12 Fornecedores e FINIMP**

- (a) Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de fornecedores correspondem a títulos com vencimentos em até 30 dias, no qual é composto da seguinte forma:

	2022	2021
Contas a pagar aos fornecedores		
Fornecedores no país	50.217	18.982
Fornecedores no exterior	<u>203</u>	<u>1</u>
	<u>50.420</u>	<u>18.983</u>

- (b) Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui operações de Financiamento de Importação (“FINIMP,”) no intuito de obtenção de linha de crédito mais vantajosa nas importações de matéria prima, conforme demonstrado:

	<b>Prazo</b>	<b>Taxa anual de juros - %</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
FINIMP ITAÚ	271 dias	3,19% a.a.	5.411	-
FINIMP ITAÚ	328 dias	2,99% a.a.	16.415	-
FINIMP BRADESCO	188 dias	1,95% a.a.	-	14.526
FINIMP BRADESCO	164 dias	1,95% a.a.	-	3.242
FINIMP BRADESCO	185 dias	1,95% a.a.	-	2.015
FINIMP BRADESCO	265 dias	1,95% a.a.	-	2.539
FINIMP B. BRASIL	206 dias	2,27% a.a.	-	7.015
FINIMP B. BRASIL	113 dias	2,53% a.a.	20.678	-
FINIMP SANTANDER	203 dias	2,56% a.a.	-	11.161
FINIMP ABC	253 dias	2,68% a.a.	-	17.445
FINIMP ABC	271 dias	3,80% a.a.	28.697	-
			71.201	57.943

### 13 Arrendamento mercantil

<b>Contrato</b>	<b>Valor contrato</b>	<b>Prazo (meses)</b>	<b>2021</b>				
			<b>2020</b>	<b>Aquisições e baixas</b>	<b>(-) Pagamentos</b>	<b>Atualização financeira</b>	<b>Valor 31/12/2021</b>
Locação Equip. Elétricos LEM	172	60	100	-	(40)	5	65
Casa Caracol/PI	179	120	118	-	(19)	7	106
Fazenda Novo Triunfo	1.484	120	958	-	(159)	54	853
Locação de Veículos	1.800	32	804	-	(296)	30	538
Filial Campinas	432	24	31	(13)	(18)	0	-
Equip. para movimentação Angico	52.600	48	43.380	-	(10.789)	2.160	34.751
Servidores Nuvem TI	2.662	18	2.081	-	(1.789)	81	373
Equip. Eletrônicos TI	433	24	359	-	(222)	16	153
Equip. Para movimentação LEM	8.856	36	8.284	(434)	(2.729)	396	5.517
Filial Campinas	396	36	-	362	(99)	16	279
Locação de Veículos	613	24	-	585	(179)	21	427
			56.115	500	(16.339)	2.786	43.062
Passivo Circulante			(20.084)	-	-	-	(21.426)
Passivo não circulante			36.031	-	-	-	21.636

Contrato	Valor contrato	Prazo (meses)	2022					Valor atual
			2021	Aquisições e baixas	(-) Pagamentos	Atualização financeira		
Locação de Equipamentos.								
Elétricos LEM	172	60	65	-	(64)	3	4	
Casa Caracol/PI	179	120	106	-	(20)	6	92	
Fazenda Novo Triunfo	1.484	120	853	-	(168)	48	733	
Locação de Veículos	1.800	32	538	-	(196)	2	344	
Equipos. para movimentação Angico	52.600	48	34.751	-	(9.421)	1.491	26.821	
Servidores Nuvem TI	2.662	18	373	-	(380)	7	-	
Servidores Nuvem TI (novo)	2.437	18	-	2.326	(1.510)	81	897	
Equip. Eletrônicos TI	433	24	153	-	(157)	4	-	
Equipos. Para movimentação LEM	8.856	36	5.517	-	(2.917)	243	2.843	
Filial Campinas	396	36	279	-	(150)	13	142	
Locação de Veículos	613	24	427	-	(328)	14	113	
Equipos. para movimentação Angico	52.500	36	-	48.743	-	419	49.162	
			<u>43.062</u>	<u>51.069</u>	<u>(15.311)</u>	<u>2.331</u>	<u>81.151</u>	
Passivo Circulante			(21.426)				(43.383)	
Passivo não circulante			21.636				37.768	

Os montantes classificados no passivo não circulante se referem às parcelas vincendas após 31 de dezembro de 2023. Os valores dos contratos foram atualizados a valor presente, utilizando uma taxa de desconto de 6%.

No passivo de arrendamento são registrados os contratos de arrendamento, conforme seu valor presente (nota 2.16) e, posteriormente, são atualizados pela data do balanço, com o registro das baixas dos pagamentos e atualização financeira. Ao final do contrato, o passivo deve estar zerado, caso não haja renovação do mesmo.

## 14 Adiantamentos de clientes e faturamentos antecipados

	2022	2021
Adiantamentos de clientes	111.157	32.095
Faturamentos antecipados (i)	<u>61.709</u>	<u>53.730</u>
	<u>172.866</u>	<u>85.825</u>

- (i) Determinados clientes optaram por realizar adiantamentos ou faturamentos antecipados, com o objetivo de manutenção dos preços dos produtos, dada melhor liquidez dos clientes em 2022. O faturamento antecipado é a operação efetuada com pessoas físicas e jurídicas, onde há a emissão da nota fiscal de venda para entrega futura e recebimento antecipado pela Companhia. A receita de vendas correspondente é reconhecida contabilmente no resultado do exercício em que ocorrer a entrega efetiva da mercadoria. Conforme cronograma de entrega para clientes, o saldo registrado a título de “adiantamentos de clientes”, em 31 de dezembro de 2022, deverá ser realizado ao longo do exercício, a findar-se em 31 de dezembro de 2023.

## 15 Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais

- d. Na data das demonstrações financeiras, a Companhia apresenta os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados aos riscos

	Depósitos judiciais		Provisões para riscos		Provisões para riscos (líquido)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Trabalhistas e previdenciárias	82	142	941	2.347	859	2.205
Cíveis	-	-	2.916	1.844	2.916	1.844
	<u>82</u>	<u>142</u>	<u>3.857</u>	<u>4.191</u>	<u>3.775</u>	<u>4.049</u>
Menos: depósitos judiciais			<u>(82)</u>	<u>(142)</u>		
Provisão para contingências líquidas			<u>3.775</u>	<u>4.049</u>		

Em 31 de dezembro de 2022, conforme demonstrado na Nota 8, a Companhia possuía depósitos judiciais não relacionados a riscos provisionados no montante de R\$70 (R\$40 em 2021).

- e. A movimentação das provisões no exercício de 2022 e 2021 está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	4.191	2.651
Adições e reversões	1.139	1.766
Baixas por pagamento	(1.752)	(469)
Atualizações a maior	279	243
Em 31 de dezembro	<u>3.857</u>	<u>4.191</u>

- f. **Natureza dos riscos**

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e previdenciários, ambientais, cíveis, tributários, entre outros, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos e internos.

- g. **Passivos contingentes**

A Companhia tem ações de natureza tributária, cível, trabalhista, previdenciária, administrativa e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Tributárias (i)	24.003	9.911
Cíveis	545	1.209
Trabalhistas e Previdenciários (ii)	8.485	8.171
Administrativas e Ambientais	1.393	141
	<b>34.426</b>	<b>19.432</b>

- (i) Os processos tributários referem-se, principalmente, a: (a) Secretaria da Receita Federal do Brasil, no valor de R\$2.777, exigência de suposto imposto de importação e multa, referente à classificação divergente da NCM; (b) Secretaria da Receita Federal do Brasil, no valor de R\$2.979, exigência de suposto ITR e imposição de multa referente aos anos de 2013 e 2014; (c) Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, no valor de R\$ 2.579, referentes ao suposto recolhimento a menor de ICMS; (d) Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, no valor de R\$ 2.229, referente à suposta incidência de ICMS sobre energia elétrica; (e) Secretaria da Receita Federal do Brasil, no valor de R\$1.384, referente Auditoria de créditos de PIS e de COFINS não-cumulativos, indicativos ao 2º trimestre 2019.
- (ii) O principal componente de processos Trabalhistas refere-se à discussão em ação coletiva, de valor controverso envolvendo pagamento de horas in itinere, no qual o sindicato pleiteia horas cobradas durante o trajeto para a unidade de Angico dos Dias, por ser de difícil acesso e não haver transporte público, no entanto, sem sentido, pois a Companhia fornece o transporte aos funcionários (R\$ 6.937);

## 16 Provisão para desmobilização de ativos

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Provisão desmobilização Angico dos Dias	18.478	12.502
Provisão desmobilização Irecê	9.906	9.174
	<b>28.384</b>	<b>21.676</b>
Passivo circulante	-	-
Passivo não circulante	<b>28.384</b>	<b>21.676</b>

A Companhia possui provisão para desmobilização das unidades mineradoras de Irecê (BA) e Angico dos Dias (BA), sendo que estes gastos ocorrerão no futuro, quando as respectivas unidades mineradoras estiverem no estágio final de exaustão. Estas despesas visam restaurar os danos causados ao meio ambiente pelas minas e incluem também gastos com pesquisa sobre os impactos nas regiões exploradas e nas comunidades locais.

A provisão para desmobilização de ativos é estimada com base na expectativa de valores a serem desembolsados no estágio final de exaustão ou desativação das unidades mineradoras e é atualizada anualmente, com base na estimativa de inflação para o período. A provisão é apresentada ao valor presente na data de elaboração das demonstrações financeiras, calculado pela aplicação de uma taxa de desconto de aproximadamente 6% ao ano.

## Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A composição dos saldos, por natureza, é conforme segue:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Imposto de renda e contribuição social ativos		
Atualização e depreciação arrendamentos (CPC 06)	4.340	2.042
Provisão para participação nos lucros e resultados	2.934	2.970
Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais	1.274	995
Atualização e depreciação da desmobilização de ativos	4.785	2.487
Ajuste a valor presente de contas a receber	766	284
Outras diferenças temporárias ativas	550	2.350
Ganhos com variação cambial não realizados em caixa	1.065	694
 Imposto de renda diferido ativo	 15.714	 11.822

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Em 1º de janeiro	11.822	8.099
Aumento (redução) por movimentação nas diferenças temporárias	3.892	3.723
	15.714	11.822

## 17 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social era de R\$790.021, correspondente a 800.700.083 ações ordinárias nominativas.

### b. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

### c. Reserva para incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A, da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de reserva para retenção de lucros. Esses incentivos não integram a base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

Os valores destinados a reserva para incentivos fiscais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão descritos na Nota Explicativa 18.

**d. Dividendos propostos**

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, foi calculada nos termos da referida Lei e de acordo com o percentual de 25%, previsto no estatuto social da Companhia, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, da Lei das Companhias por Ações. Os valores dos dividendos mínimos obrigatórios propostos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são conforme seguem:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Lucro líquido do exercício	335.550	122.353
(-) Reserva de incentivos fiscais	(80.583)	(36.704)
Lucro para constituição da reserva legal	254.967	85.649
(-) Constituição da reserva legal	(12.749)	(4.282)
Lucro base para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios	242.218	81.367
Dividendos mínimos obrigatórios propostos - 25%	60.554	20.342

**e. Reserva para retenção de lucros**

Conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia, o lucro remanescente após distribuição de dividendos terá destinação determinada pela Assembleia Geral, geralmente com aprovação para destinação na reserva para retenção de lucros, baseado nos planos de orçamentários e de expansão da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou o valor de R\$242.218 (R\$81.367 em 2021) para constituição da Reserva para retenção de lucros.

**18 Incentivos fiscais - Subvenção para investimentos**

A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos do complexo, localizado no município de Luis Eduardo Magalhães-BA, pelo cálculo do lucro da exploração e pelo programa de reinvestimentos, concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A Companhia também goza de incentivos fiscais de ICMS, conforme Protocolo de Intenções, firmado em 10 de maio de 2016, entre a GICS, o Estado da Bahia e Resolução 36/2016, transferido para a Fosnor através da resolução 162/2018, em 18 de dezembro de 2018. A Companhia passou a usufruir do benefício do Desenvolve, conforme instituído pela Lei nº 7.980/2001 e Regulamentada pelo Decreto nº 8.205/2002. As naturezas e os montantes reconhecidos aos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, estão indicados abaixo:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
ICMS incentivado sobre vendas - Desenvolve	20.517	15.478
IRPJ incentivado - Lucro da Exploração	60.066	21.226
	80.583	36.704

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os valores apurados referentes aos incentivos fiscais de R\$80.583 (R\$36.704 em 2021) foram destinados à reserva de incentivos fiscais.

Os benefícios fiscais da Companhia possuem, atualmente, vencimentos distintos, que são controlados para sua renovação e cumprimento de todos os requisitos legais para manutenção dos mesmos, tendo o “DESENVOLVE” vencimento em 30 de abril de 2028 e o “Lucro da Exploração” em 31 de dezembro de 2031.

## 19 Receita líquida de venda

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Vendas brutas de produtos	1.658.715	862.905
Impostos e outras deduções de vendas	(107.468)	(61.689)
Incentivos fiscais ICMS e IRPJ	<u>20.517</u>	<u>15.478</u>
Receita líquida	<u>1.571.764</u>	<u>816.694</u>

## 20 Custos e despesas por natureza

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Matérias-primas e materiais de produção	(861.388)	(399.921)
Serviços de terceiros e gerais	(162.820)	(127.955)
Pessoal	(76.876)	(67.626)
Provisão participação nos lucros e resultados - PLR	767	(930)
Depreciação e amortização	(62.363)	(56.001)
Outras	<u>(17.414)</u>	<u>(10.101)</u>
Custo total dos produtos vendidos, despesas com vendas e despesas administrativas	<u>(1.180.094)</u>	<u>(662.534)</u>
Classificados como		
Custo dos produtos vendidos	(1.145.458)	(631.002)
Despesas com vendas	(5.655)	(4.718)
Despesas administrativas	<u>(28.981)</u>	<u>(26.814)</u>
	<u>(1.180.094)</u>	<u>(662.534)</u>

## 21 Outras despesas

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Provisão participação nos lucros e resultados – PLR	(659)	-
Constituição (reversão) de provisão de riscos	(1.527)	(1.631)
Depreciação e amortização	(2.477)	(2.569)
Doações a entidade assistencial - Instituto Lina Galvani	(6.777)	(2.051)
Honorários advocatícios	(2.347)	(307)
Baixas Imobilizado	(473)	(3.458)
Despesas Santa Quitéria (i)	(10.635)	-
Outras perdas, líquidas	<u>(4.914)</u>	<u>(7.470)</u>
	<u>(29.809)</u>	<u>(17.486)</u>

(i) Estas despesas se tratam dos custos administrativos do projeto de Santa Quitéria/CE, como impressão de folders, propagandas, despesas de viagens de pessoal administrativo, entre outros.

## 22 Resultado financeiro, líquido

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(12.986)	(8.408)
Juros sobre contas a pagar	(1.302)	(681)
Perdas com operações de SWAP e NDF	-	614
IOF	(291)	(256)
Tarifa bancária	(215)	(385)
Atualização monetária arrendamentos	(2.331)	(2.785)
Atualização monetária contingências	(280)	(242)
Atualização monetária de desmobilização	<u>(6.149)</u>	<u>(1.535)</u>
	<u>(23.554)</u>	<u>(13.678)</u>
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	37	49
Juros	419	2.406
Rendimento de aplicações financeiras	46.662	17.057
Juros embutidos no preço das vendas a prazo	14.318	6.352
Ganho com operações de SWAP e NDF	<u>-</u>	<u>305</u>
	<u>61.436</u>	<u>26.169</u>
Ganhos e perdas		
Perda cambial	(10.544)	(4.588)
Ganho cambial	<u>13.799</u>	<u>1.504</u>
	<u>3.255</u>	<u>(3.084)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>41.137</u>	<u>9.407</u>

## 23 Despesa de imposto de renda e contribuição social

O imposto sobre o lucro, difere do valor teórico, que seria obtido com o uso da alíquota média ponderada, aplicável aos lucros da Companhia, como segue:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>402.998</u>	<u>146.081</u>
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	<u>(137.019)</u>	<u>(49.667)</u>
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Efeito dos incentivos fiscais	60.066	21.226
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	<u>9.505</u>	<u>4.713</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(67.448)</u>	<u>(23.728)</u>
Corrente	(71.339)	(27.451)
Diferido	<u>3.891</u>	<u>3.723</u>
	<u>(67.448)</u>	<u>(23.728)</u>
Alíquota efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social	<u>16,74%</u>	<u>16,24%</u>

## 24 Transações com partes relacionadas

### f. Transações

	Despesas administrativas	Despesas administrativas
Mantiqueira Participações S.A.	1.711	1.713
Trig Participações Ltda.	1.062	1.038
VPRF Assess. Empresarial	80	237
	<u>2.853</u>	<u>2.988</u>

#### *Natureza das transações*

Os saldos mantidos com partes relacionadas estão relacionados em sua relevância à transações comerciais, referentes à prestação de serviços de engenharia e consultoria financeira. Os preços das transações e termos de vencimento seguem condições específicas definidas entre as partes.

#### *Remuneração da administração*

A Administração é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria. A remuneração global paga ou a pagar por esses serviços, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 9.310 (R\$ 7.703 em 2021).

## 25 Gestão de risco financeiro

### 25.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros); risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, podendo para isso valer-se do uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

#### *a. Risco de mercado*

##### *(i) Risco cambial*

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

Apesar de suas operações serem basicamente locais, a Companhia está exposta a certos riscos cambiais decorrente de exposições com relação ao dólar dos Estados Unidos da America.

As exposições da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão assim demonstradas:

	2022		2021	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo				
Contas a receber em USD	18.900	95.675	4.696	25.003
Passivo				
Fornecedores terceiros em USD	(13.685)	(68.268)	(10.383)	(55.901)
Empréstimos em USD	-	-	-	-
Exposição líquida	5.215	27.407	(5.687)	(30.898)

Para se proteger da exposição de passivos denominados em moeda estrangeira, a Companhia faz o acompanhamento constante das variações de câmbio para traçar estratégias, sobretudo comerciais, que amenizam o risco cambial.

(ii) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

Considerando que a Companhia não tem ativos e passivos significativos, em que incidam juros variáveis, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos. As aplicações financeiras e empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa (CDI e TJLP). Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

**b. Risco de crédito**

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em estudos e classificações internas e externas. A utilização dos limites de crédito é monitorada regularmente pela Administração.

Além disso, a Companhia conta com seguro de crédito para se resguardar de prováveis perdas.

**c. Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa futuro é realizada pelo departamento de Finanças da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as suas necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas e cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos “Passivos financeiros” da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo aos fluxos de caixa não descontados dos Passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano, inferior a 3 anos	3 a 5 anos	Total dos fluxos de caixa	Valor 31/12/2021
Passivos financeiros						
Fornecedores	39.563	37.364	-	-	76.927	28.282
FINIMP	-	57.943	-	-	57.943	10.383
Provisão Desmobilização	-	-	-	21.676	21.676	19.488
Arrendamento Mercantil	-	21.426	21.636	-	43.062	56.115
Outros passivos	6.170	-	-	-	6.170	2.281
<b>Total</b>	<b>45.733</b>	<b>116.733</b>	<b>21.636</b>	<b>21.676</b>	<b>205.778</b>	<b>116.549</b>

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano, inferior a 3 anos	3 a 5 anos	Total dos fluxos de caixa	Valor 31/12/2021
Passivos financeiros						
Fornecedores	121.621	-	-	-	121.621	76.927
FINIMP	-	71.201	-	-	71.201	57.943
Provisão Desmobilização	-	-	-	28.384	28.384	21.676
Arrendamento Mercantil	-	43.383	37.768	-	81.151	43.062
Outros passivos	4.085	-	-	-	4.085	6.170
<b>Total</b>	<b>125.706</b>	<b>114.584</b>	<b>37.768</b>	<b>28.384</b>	<b>306.442</b>	<b>205.778</b>

**25.2 Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a continuidade operacional da Companhia, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora sua estrutura de capital com base no uso de índices de alavancagem financeira. O principal índice corresponde à dívida líquida, que expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de finimps e arrendamento mercantil (conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são assim sumarizados:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Total dos empréstimos e financiamento FINIMP (Nota 11)	-	-
Total arrendamento mercantil (Nota 12)	71.201	57.943
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	<u>(487.498)</u>	<u>(258.285)</u>
Dívida (ativo financeiro) líquida	<u>(335.146)</u>	<u>(157.280)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>1.246.309</u>	<u>971.313</u>
Total do capital	<u><u>911.163</u></u>	<u><u>814.033</u></u>

## 25.3 Análises de sensibilidade

### *Análise de sensibilidade sobre o risco cambial*

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos a variações nas taxas de câmbio. Para fins de análise de sensibilidade, a Administração adotou como um cenário possível a taxa de câmbio do dólar americano de R\$5,2177, referente ao Cenário Possível. O cenário considerou uma possível variação (aumento ou redução) de 10% (Cenário I), uma variação (aumento ou redução) de 25% (Cenário II) e uma variação (aumento ou redução) de 50% (Cenário III).

		Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Cenário possível	10%	-10%	25%	-25%	50%
Instrumento financeiro							
Cotação do dólar americano	5,2177	5,7395	4,6959	6,5221	3,9133	7,8266	2,6089
Ativos e passivos operacionais, denominados em moeda estrangeira exposição líquida (US\$5.215 milhões)	5.215	2.721	(2.721)	6.803	(6.803)	13.606	(13.606)
Impacto no resultado	5.215	2.721	(2.721)	6.803	(6.803)	13.606	(13.606)

<i>Efeito em milhares de Reais</i>	<b>Valor nominal</b>		
	<b>2022</b>	<b>2021</b>	
<b>Instrumentos com taxa de juros pós-fixada</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	431.435	258.285	
Aplicações financeiras	56.063	-	
Finimps	(71.201)	(57.943)	
Passivo do arrendamento	(81.151)	(43.062)	
	<u>335.146</u>	<u>157.280</u>	
Taxa provável do CDI	<b>13,65%</b>	45.747	21.469
Crescimento de 25%	<b>17,06%</b>	57.184	26.836
Crescimento de 50%	<b>20,48%</b>	68.621	32.203
Redução de 25%	<b>10,24%</b>	34.311	16.102
Redução de 50%	<b>6,83%</b>	22.874	10.734

## 25.4 Estimativa do valor justo

A Administração considera que os saldos contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa, estejam próximos de seus valores justos.

## 26 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir, realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas. A tabela, a seguir, apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

### a. Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

	<b>Classificação</b>	<b>Saldo contábil</b>	
		<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Ativos, conforme o balanço patrimonial</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	487.498	258.285
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	Custo amortizado	131.355	59.655
Outros ativos	Custo amortizado	6.566	6.017
		<u>625.419</u>	<u>323.957</u>
<b>Passivo, conforme o balanço patrimonial</b>			
Arrendamento mercantil	Custo amortizado	(81.151)	(43.063)
Fornecedores	Custo amortizado	(121.621)	(76.926)
FINIMP	Custo amortizado	(71.201)	(57.943)
Provisão Desmobilização	Custo amortizado	(28.384)	(21.676)
Dividendos a pagar	Custo amortizado	(60.554)	(20.342)
Outros passivos	Custo amortizado	(4.085)	(6.170)
		<u>(366.996)</u>	<u>(226.120)</u>

## 27 Benefícios a empregados

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, como licença por tempo de serviço e benefícios por tempo de serviço. O Plano de Saúde atual oferecido pela empresa, com co-participação do empregado, não gera passivo para empresa após a saída do colaborador.

A Companhia provê aos seus empregados os benefícios de assistência médica, seguro de vida, vale refeição e vale transporte. Os gastos com esses benefícios reconhecidos em 2022, foram de R\$37.550 (R\$32.907 em 2021).

## 28 Compromissos

### Compromissos de compra com fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía compromissos de compra de estoques correspondentes a 81,5 mil toneladas, com preço fixado equivalentes a R\$1.077,65 por tonelada para a safra 2022/2023. Esses compromissos foram valorizados pela cotação média firmada para a respectiva safra.

### Compromissos de venda com clientes

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía compromissos para o fornecimento de aproximadamente 339.795 mil toneladas de fertilizantes e químicos aos seus clientes, mediante contratos de compra e venda a preços e volumes pré-determinados. O valor contratual destes compromissos é de aproximadamente R\$707.514.

## 29 Cobertura de seguros

A Companhia transfere a terceiros através da contratação de seguros, os riscos que, na ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem significativamente o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. O valor da cobertura contratado é avaliado pela Administração da Companhia, apoiado em informações de consultores de seguro, e por ela considerado compatível com seu porte operacional. As coberturas em 31 de dezembro de 2022 eram:

	<u>Limite máximo de cobertura</u>	
	2022	2021
Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, equipamentos e lucros cessantes	268.000	293.000
Responsabilidade civil	30.000	30.000
	<u>298.000</u>	<u>323.000</u>